



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 6 de setembro de 2022

<b>Bolsas</b> Na segunda-feira <b>1,21%</b> São Paulo <b>Feriado</b> Nova York	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias <b>109.523</b> / <b>112.203</b> 31/8 1º/9 2º/9 5/9	<b>Salário mínimo</b> <b>R\$ 1.212</b>	<b>Dólar</b> Na segunda-feira <b>R\$ 5,154</b> (- 0,59%) Últimos 29/agosto 5,033 30/agosto 5,113 1º/setembro 5,238 2/setembro 5,185	<b>Euro</b> Comercial, venda na segunda-feira <b>R\$ 5,118</b>	<b>Capital de giro</b> Na segunda-feira <b>6,76%</b>	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano) <b>13,67%</b>	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %) Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68
---	---	---	---	--	--	---	---

**ENFERMAGEM /** Suspensão da aplicação da lei que estabelece remuneração mínima para enfermeiros, auxiliares e técnicos abre negociação nos Três Poderes para encontrar fontes de recursos para o pagamento dos salários dos profissionais

# Piso mobiliza governo, Supremo e Congresso

» MICHELLE PORTELA  
» RAFAELA GONÇALVES

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar, a partir da próxima sexta-feira, a decisão do ministro Roberto Barroso que suspendeu o piso nacional de enfermagem. A sessão acontecerá no plenário virtual, ambiente em que não há debate e os ministros depositam seus votos no sistema eletrônico da Corte, e ficará aberta até 16 de setembro. O julgamento pode ser suspenso a qualquer momento caso algum magistrado peça mais tempo de análise ou destaque, instrumento que leva a discussão para as sessões presenciais.

A suspensão do piso, que deveria ter começado a ser pago ontem, desencadeou uma intensa movimentação na Esplanada em busca de uma fonte de recursos que possa viabilizar o piso salarial da categoria. Hoje, Barroso se reunirá com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para discutir o assunto. Pacheco declarou que a lei é uma medida justa que vai beneficiar os profissionais que se notabilizaram na pandemia e que possuem remunerações absurdamente subestimadas no País.

"Não tenho dúvidas de que o real desejo dos Três Poderes da República é fazer valer a lei federal e, ao mesmo tempo, preservar o equilíbrio financeiro do sistema de saúde e antes federados. Com diálogo, respeito e inteligência, daremos rápida solução a isso", destacou.

A lei que criou o piso salarial estabeleceu a remuneração de R\$ 4.750 para os enfermeiros, mas também para técnicos de

Roque de Sá/Agência Senado



Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) se reunirá hoje com o ministro Luís Roberto Barrosos: "O desejo é fazer valer a lei federal"

enfermagem, que devem receber ao menos 70% desse valor, e para auxiliares de enfermagem e parteiras (50%). A decisão de Barroso atendeu a pedido da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos de Serviços (CNSaúde) e outras sete entidades, que ingressaram com ação para inviabilizar a norma, devido à ausência de uma fonte de recursos para o custeio dos novos salários.

O advogado Karlos Gomes, especialista em direito público e trabalhista, afirmou que a

judicialização da questão será analisada por duas óticas. "A dos trabalhadores do setor, que há muito têm o seu salário defasado e desvalorizado, ainda mais após todo o trabalho heróico envolvendo a pandemia, e a dos estabelecimentos de saúde públicos e privados", disse.

## Incerteza

Gomes ressaltou que a suspensão do piso gera incertezas, "podendo desestimular o trabalho, bem como gerar greves no

setor, como já se especula dentro da categoria". Ontem o Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal (SindEnfermeiros) realizou um ato, no fim do dia, na Rodoviária do Plano Piloto, em defesa da lei. Entidades que compõem o Fórum Nacional da Enfermagem estão convocando os profissionais a realizar manifestações no dia do início do julgamento, em todas as capitais.

Segundo o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), o Ministério da Saúde informou que garantirá recursos para os hospitais

vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, a pasta não se posicionou. "Vamos provar no STF que a norma é constitucional, e economicamente viável. A revolta da sociedade e o amplo apoio popular à enfermagem mostra que a decisão foi equivocada e deve ser revertida, para que a justiça prevaleça", afirmou o presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal (Coren-DF), Eliassandro Noronha.

O Ministério da Economia teme que a conta pelo pagamento do piso salarial acabe ficando

com a União, que pode ser obrigada a reajustar a tabela do SUS ou adotar alguma outra medida que onere os cofres públicos. Até que o processo seja decidido no mérito, a lei não possui eficácia jurídica, portanto não é preciso reajustar os salários.

"Caso a decisão de mérito mantenha o piso nacional, caberá ao Supremo determinar se o piso deveria ser observado desde a edição da lei, o que acarretará a necessidade do pagamento retroativo, ou modular os efeitos da decisão para a data de sua publicação. Ambas as alternativas são possíveis", lembrou Fernando Bosi, sócio do Almeida Advogados, especialista em direito do trabalho e previdenciário.

O presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), em suas redes sociais, também se colocou à disposição do ministro para encontrar soluções. No Congresso, há algumas propostas para encontrar os recursos necessários, como a criação de loterias municipais e a liberação de jogos de azar. Outra ideia é a repatriação de recursos depositados no exterior de forma irregular.

O tema também entrou para a agenda política de candidatos. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que sempre defendeu a medida e criticou o presidente Jair Bolsonaro (PL). Aliados do presidente, por sua vez, começaram a usar a suspensão do piso para atacar o Supremo, embora o próprio governo tenha se posicionado contra o projeto no Congresso. Líder do governo na Câmara, o deputado Ricardo Barros (PP-PR) afirmou que o Planalto defenderá o piso da enfermagem por meio da Advocacia-Geral da União (AGU).



RAUL VELLOSO

**O DIAGNÓSTICO CORRETO PARA ESSE PROBLEMA É VELHO CONHECIDO DE QUEM ATUA NA ÁREA: SEM CRESCIMENTO ADEQUADO DO INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA NÃO HAVERÁ CRESCIMENTO MINIMAMENTE RAZOÁVEL DO PIB**

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

## Como retomar o crescimento do PIB

O governo está eufórico com o resultado aparentemente superfavorável para o crescimento do PIB divulgado há pouco, na comparação do segundo contra o primeiro trimestre deste ano: 1,2% a mais...

Em paralelo, as autoridades deixaram transparecer a esperança de fechar no azul as contas primárias (isto é, sem considerar verbas de natureza financeira) este ano, após um longo período de resultados negativos. Até julho, houve um expressivo superávit primário de R\$ 73 bilhões, exatamente do mesmo valor absoluto observado em 2021, onde se registrou um déficit... Em resumo, e a depender da euforia na Fazenda e dos seus aliados no mercado financeiro, há uma tendência à previsão de saldos primários positivos até fechar o ano, seguindo-se saldos positivos e crescentes de 2023 em diante, sob a gestão atual. E tudo estará salvo...

Outros fatores apregoados como favoráveis para a atual gestão

são a queda recente do preço interno dos combustíveis, que a autoridade máxima finalmente conseguiu impor, para ajudar no combate à inflação e na maior satisfação dos consumidores. (É fato que haverá os momentos quando, subindo os preços externos, será preciso fazer o contrário, com base na regra do alinhamento às tendências de médio prazo desses preços, e nem sempre o governo se mobilizará para isso, deixando um passivo de reajustes internos a acertar posteriormente)

Já entre os fatores que poderão complicar as coisas, ao mesmo tempo em que pavimentam a rota da eventual reeleição de Bolsonaro, se situam a implementação dos novos benefícios introduzidos pela Pec Kamikaze, medida temporária que custará R\$ 41,2 bilhões aos cofres federais até o final do ano, e que foi caracterizada como emergencial para fugir da obediência ao teto de gastos (este já quase sem "telhas"...),

na presença de investimentos públicos quase zerados. (Registre-se que a dupla Bolsonaro-Guedes acaba de anunciar que prorrogará a citada emergência, a fim de manter os benefícios nela inseridos, especialmente os R\$ 600 do Auxílio, para os quais nem orçamento existe em 2023)

Outras pressões por maiores gastos prometidos que estão no ar e de que a atual administração vem tentando fugir, e que poderão atrapalhar os planos de sucesso, são o reajuste salarial prometido aos servidores; a correção da tabela do IR; e também os gastos expressivos associados à PEC dos Precatórios, que a Fazenda vem empurrando com a barriga, mas que logo terão de ser enfrentados.

Passando à evolução recente do PIB, se calcularmos as taxas de crescimento para os últimos 12 meses (isto é, em comparação com a soma dos 12 meses precedentes), vê-se que essa taxa vem por último subindo

sistematicamente, desde 0,5% em janeiro, e gradativamente para 3,1% em junho, parecendo que o País se situa finalmente sobre uma trajetória firme de recuperação a taxas razoavelmente elevadas. Daí o atual governo ter incorporado, com alarde, mais esse ingrediente na sua cesta de realizações positivas em favor da reeleição (ou será "fake news"?).

## Sem garantia

O problema é que o simples aparecimento de taxas nessa dimensão e nesse tipo de comparação por poucos meses não é qualquer garantia de que a economia esteja em uma rota firme de retomada duradoura, quando prevalecem condições desfavoráveis como as acima citadas. Para comprovar, basta, primeiro, colocar esse tipo de cálculo da evolução do PIB em um gráfico do crescimento mensal dessa variável conforme apurado pelo Banco Central, como fiz e ofereço a

quem quiser receber por e-mail ([raulveloso45@gmail.com](mailto:raulveloso45@gmail.com)), onde se vê, para as duas últimas décadas, que, o crescimento médio do PIB de janeiro de 2004 ao mesmo mês de 2014, que se situava em torno de 4% ao ano, desabou para a média de -0,4% dali até junho último, sendo parte dessa última apuração os números louvados pelo governo.

O diagnóstico correto para esse problema é velho conhecido de quem atua na área: sem crescimento adequado do investimento em infraestrutura não haverá crescimento minimamente razoável do PIB. E se o setor privado não se sentir estimulado a investir mais (a exemplo do que tem ocorrido desde o final dos anos 80), a única saída a curto prazo é aumentar fortemente o investimento público. Só que aí esbarramos na crise fiscal acima referida, onde o forte crescimento do gasto previdenciário em todas as esferas de governo tem levado à virtual

zeragem do espaço para investir: dos anos 1980 para agora, e medido em % do PIB, o investimento público desabou sete vezes! Só que esse não parece ser o diagnóstico nem o modelo nas mentes do atual governo.

Para concluir, o que mais se vê hoje em dia é propaganda oficial magnificando os índices de retomada do crescimento do PIB, na presença de contas públicas apenas aparentemente ajustadas, combinados com combustível artificialmente mais barato, deixando fortes dúvidas sobre as chances de sucesso da estratégia oficial em curso. O literal abandono do teto de gastos sem uma nova âncora fiscal focada no controle de gastos, ou sem um posicionamento firme contrário e devidamente justificado a qualquer âncora, e com investimentos públicos em infraestrutura no fundo do poço, completam o quadro de baixa compatibilidade da situação atual com a citada retomada.